

Célio Azevedo



Célio Azevedo

Leomar Quintanilha (2º à esquerda) preside reunião marcada por divergências sobre procedimentos a serem adotados

Comissão aprova embaixadores para três países

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem as indicações de embaixadores para três países, feitas pelo presidente da República. Valdemar Carneiro Leão Neto deverá representar o Brasil na Colômbia; Julio Cesar Zelner Gonçalves, na Áustria; e Ánuar Nahes, no Catar. As indicações serão ainda examinadas pelo Plenário do Senado. **Página 2**

Conselho decidirá caso Renan em voto aberto

Depois de oito horas de tensa reunião, Leomar Quintanilha atende pedido de vista coletiva e marca votação de relatório para quarta-feira

Os integrantes do Conselho de Ética deverão optar na quarta-feira entre o relatório de Renato Casagrande e Marisa Serrano – que sugere a elaboração de um projeto de resolução pedindo a cassação do mandato do presidente do Senado, Renan Calheiros – ou

o voto em separado de Almeida Lima – que defende a inocência de Renan e o consequente arquivamento do processo. A votação será aberta, conforme decisão dos integrantes do conselho: dez senadores, contra cinco que se manifestaram pelo voto secreto. **Páginas 3 e 5**

Flexa Ribeiro defende projeto de reposição florestal

Flexa Ribeiro afirmou estar esperançoso na aprovação de projeto de sua autoria que trata de reposição florestal. Em exame na Câmara dos Deputados, a proposta determina que se dê prioridade às espécies nativas ou ao plantio de palmáceas destinadas à exploração econômica. O senador disse que chegou a acordo com o Ministério do Meio Ambiente. **Página 7**

José Cruz



Delcídio quer exploração de gás para evitar apagão

O senador Delcídio Amaral defendeu investimentos em gás natural para evitar um possível racionamento de energia elétrica em 2009. Delcídio advertiu que a situação energética é sustentável por no máximo três anos. **Página 6**

Convênios federais sem análise de contas chegam a R\$ 12,4 bilhões

O ministro Ubiratan Aguiar, do TCU, advertiu que estão pendentes de análise de contas cerca de 39 mil convênios já encerrados e que envolveram

transferências de R\$ 12,4 bilhões. Hoje, o ministro do Planejamento entrega ao Congresso os projetos do Orçamento e do PPA. **Página 8**



José Cruz

Delcídio fala em seminário, ao lado de João José de Nora (C) e Paulo César Ribeiro

Na Comissão de Orçamento, Marcelo Eira (E), Ubiratan, José Maranhão e Francisco Dornelles



Por unanimidade, integrantes da CRE acolhem indicações de representantes para a Colômbia, a Áustria e o Catar. Decisão final caberá ao Plenário do Senado

Comissão aprova indicações de embaixadores para três países

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem pareceres favoráveis às indicações dos novos embaixadores brasileiros na Colômbia, na Áustria e no Catar. As três mensagens presidenciais, aprovadas pela unanimidade dos 16 senadores presentes à reunião, serão submetidas ainda ao Plenário.

O ministro de primeira classe Valdemar Carneiro Leão Neto, indicado embaixador brasileiro junto à Colômbia, elogiou o desempenho econômico do país vizinho, cujo crescimento tem oscilado entre 5% e 6% ao ano, ao longo dos últimos três anos. As exportações brasileiras cresceram 200% no mesmo período, segundo o embaixador, alcançando US\$ 2,1 bilhões em 2006 – contra importações de apenas US\$ 248 milhões. A mensagem de indicação de Leão (128/07) teve como relator o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

O atual desequilíbrio do co-



Ánuar Nahes (E), Julio Cesar Zelner Gonçalves, Eduardo Azeredo e Valdemar Carneiro

mércio entre o Brasil e a Áustria foi ressaltado na exposição feita aos senadores pelo ministro de primeira classe Julio Cesar Zelner Gonçalves, indicado para embaixador em Viena. As exportações brasileiras em 2006 limitaram-se a US\$ 143,8 milhões, contra importações de US\$ 466,8 milhões, com ênfase para produtos químicos. Marco Maciel (DEM-PE) foi o relator da mensagem presidencial (117/07).

O ministro de segunda classe

Ánuar Nahes observou que, ainda em 2007, poderá ser firmado acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo, que inclui, além do Catar, Emirados Árabes Unidos, Bahrain, Arábia Saudita, Oman e Kuaito. A mensagem presidencial com sua indicação (118/07) teve como relator o senador João Tenório (PSDB-AL). A reunião foi presidida por Heráclito Fortes (DEM-PI) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Valadares parabeniza dom José Palmeira Lessa

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou requerimento de voto de congratulações pelos 25 anos de atividades episcopais de dom José Palmeira Lessa, arcebispo de Aracaju. Nascido em Coruripe (AL), em 1942, o religioso adotou como lema de sua atividade pastoral “fraco com os fracos” e, segundo

Valadares, se notabilizou pelo engajamento em causas sociais, pela solidariedade com a luta dos trabalhadores e pela defesa dos menos favorecidos.

Antônio Carlos Valadares lembrou ainda que dom José Palmeira Lessa chegou a Sergipe em 1987, quando foi nomeado bispo de Propriá. Oito anos depois, o

religioso assumia o comando da Arquidiocese de Aracaju. Tendo iniciado sua vida religiosa no Rio de Janeiro, onde ingressou no seminário aos 13 anos, dom José Palmeira Lessa ordenou-se padre em 1968 e exerceu o cargo de bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro entre os anos de 1982 e 1987.

Ideli ressalta que índice de extrema pobreza caiu pela metade no país

Ideli Salvatti (PT-SC) registrou ontem a publicação do Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), apresentado na quarta-feira pelo presidente Lula e divulgado pela imprensa, mostrando que o índice de extrema pobreza caiu pela metade no Brasil. A meta deveria ser atingida em 2015, de acordo com os objetivos do milênio, metas sociais estabelecidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Os 191 países-membros das Nações Unidas assumiram o compromisso de alcançar oito metas determinadas até 2015, entre elas reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar *per capita* por dia e reduzir pela metade a proporção



Ideli: em função de outra pesquisa, notícia não foi divulgada como merecia

da população que sofre de fome. O Brasil a atingiu em 2005.

Para a senadora, a notícia não foi divulgada como merecia, por ter sido publicada ao lado de outra pesquisa do IBGE – tendo por base dados de 2002 e 2003 – que demonstra extrema diferença de renda entre as famílias brasileiras: a distância média dos mais ricos para os mais pobres é de dez vezes.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário dedica sessão a debates

A sessão plenária de hoje, marcada para as 9h, é destinada a debates dos senadores. A ordem do dia será retomada na próxima terça, às 14h. Entre os senadores

inscritos para falar da tribuna estão João Pedro (PT-AM), Serys Silhessarenko (PT-MT), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Interlegis recebe executivos sul-africanos

Na segunda-feira, o Interlegis receberá a visita da delegação de executivos do governo da África do Sul, às 16h30. A proposta do

encontro é, além de conhecer a solução brasileira em tecnologia da informação aplicada ao Poder Legislativo, desenvolver parcerias.

Reportagem especial no *Expresso Brasil*

A Rádio Senado apresenta hoje, às 20h, no programa *Expresso Brasil*, produzido pelo jornalista Vladimir Spinoza, um diagnóstico profundo sobre as possibilidades de um apagão nos transportes e as possíveis saídas para transformar o setor. Reprises no amanhã, às 10h; e no domingo, às 17h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Alvaro Dias, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Mário Couto e Mão Santa

Senadores escolherão entre relatório de Casagrande e Marisa Serrano, que recomenda perda de mandato, e voto de Almeida Lima, que inocenta presidente

Em votação aberta, conselho decide caso Renan na quarta

Depois de uma reunião tumultuada e tensa que durou oito horas, o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), atendeu a um pedido de vista coletiva e adiou para a próxima quarta-feira, às 10h, a votação – que será aberta – do relatório do processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar. O processo foi aberto para investigar denúncia de que Renan teria tido parte de suas contas particulares pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior, conforme a revista *Veja*.

Antes de suspender a reunião, Quintanilha indeferiu requerimento de Marconi Perillo (PSDB-GO) para que o voto fosse aberto, mas reconsiderou a decisão depois que o plenário do Conselho de Ética, ao votar recurso de Arthur Virgílio (PSDB-AM), a derrubou por 10 votos a 5.

Como anunciado pela imprensa, o trio de relatores designados para elaborar o parecer não conseguiu chegar a um posicionamento único e apresentou dois relatórios. O primeiro, de autoria dos senadores Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande

(PSB-ES), opina pela procedência da representação protocolada pelo PSOL e, portanto, sugere a elaboração de um projeto de resolução prevendo a perda de mandato parlamentar. O segundo parecer, de Almeida Lima (PMDB-SE), sustenta a inocência de Renan e pede o arquivamento do processo.

Como o Regimento Interno e o Código de Ética e Decoro Parlamentar não prevêm a votação de dois relatórios sobre a mesma questão, ficou acordado que o parecer da maioria (Casagrande e Marisa Serrano) deveria prevalecer sobre o da minoria. Assim, o documento produzido por Almeida Lima foi adotado como voto em separado, a ser apreciado somente em caso de rejeição do parecer de seus colegas.

Indefinição

A forma de votação (aberta ou secreta) também gerou polêmica e tensão. Quintanilha insistia para que os dois relatórios fossem lidos para que ele, depois,



Em telões no Senado, pessoas acompanham a sessão do Conselho de Ética

anunciasse a decisão. A falta de definição do rito para a votação e a afirmação de Almeida Lima de que seu parecer seria um segundo relatório acirraram os ânimos entre os membros do conselho. Ao ser interrompido por Tasso Jereissati (PSDB-CE), Almeida Lima reagiu:

– A força do direito, sim. O direito da força, não. Se vossa excelência sabe bater na mesa, eu também sei.

Jereissati pediu calma, mas o clima ficou tenso e Quintanilha suspendeu a reunião por 15 minutos.

Retomada a reunião, o presidente do conselho explicou como os trabalhos seriam conduzidos. Somente as partes descritivas

concluídos os dois relatórios.

Logo depois, Marisa Serrano e Almeida Lima leram, respectivamente, a parte descritiva de seus relatórios. O senador José Nery (PSOL-PA), então, fez a defesa da representação protocolada pelo seu partido, e Eduardo Ferrão, advogado de Renan Calheiros, argumentou pela inocência de seu cliente. Novamente os relatores tiveram a palavra para dar prosseguimento à leitura de seus pareceres.

Ao concluírem, em seu relatório de 70 páginas, que Renan Calheiros incorreu em quebra de decoro parlamentar, Marisa Serrano e Casagrande pontuaram:

“Do ponto de vista das denúncias inicialmente feitas, a análise

de cada parecer seriam lidas inicialmente, sem análise e conclusão pela procedência ou pelo arquivamento da representação. Em seguida, as partes (PSOL e Renan) fariam suas alegações finais, para, só depois, serem

da questão relativa aos pagamentos à sra. Mônica Veloso e da relação com o sr. Cláudio Gontijo permitiu a conclusão inequívoca de que o representado mentiu sobre sua capacidade de ter pago, com recursos que dizia possuir, suas obrigações pessoais, incluída aí pensão alimentícia e outros valores”, leu Marisa Serrano.

Convencido da inocência do colega de partido, Almeida Lima, que apresentou um relatório de 46 páginas, defendeu:

“De tudo que foi analisado, levando em consideração o tempo transcorrido deste processo sem que nenhuma prova cabal tenha sido produzida contra o representado; e, ainda, os termos vagos da representação formulada contra um senador da República, que, por si só, sequer merecia ser conhecida; o laudo pericial elaborado pelo Instituto Nacional de Criminalística concluindo que o representado tinha efetivamente condições econômicas de pagar a pensão, independentemente de seus rendimentos como senador, confirmando, ademais, a autenticidade dos documentos entregues espontaneamente pelo representado ao Conselho de Ética, nada há que indique a quebra de decoro parlamentar”, leu Almeida Lima.

PSOL usa perícia para apontar contradições

Em nome do PSOL, o senador José Nery (PA) apresentou ao Conselho de Ética elementos que, na avaliação do partido, podem fundamentar a perda do mandato de Renan Calheiros.

A manifestação do partido, autor da representação que levou à abertura do processo, baseou-se em perícia realizada pela Polícia Federal nos documentos apresentados por Renan para provar que os recursos utilizados no pagamento de pensão à jornalista Mônica Veloso tiveram origem em rendimentos agropecuários.

O PSOL destacou, por exemplo, que, de acordo com a checagem da PF, não há registros, nas contas correntes do senador, de saques ou transferências bancárias em valores coincidentes ou correspondentes aos pagamentos feitos a Mônica Veloso.

Em relação aos dados referentes às operações de compra e venda de gado, Nery observou que a quantidade de reses que o senador informou possuir seria incompatível com os dados de vacinação do rebanho. Também afirmou que as notas fiscais apresentadas não seriam válidas, já que informavam operações realizadas com



José Nery apresenta elementos que fundamentariam a punição

empresas inexistentes ou inativas.

– O senador não conseguiu comprovar, de fato, a propriedade do gado. As inconsistências nas notas fiscais e nas guias de transporte animal mostram que seu patrimônio foi maquiado para parecer maior do que realmente era – disse.

O partido citou ainda como inconsistência relevante o suposto empréstimo que teria sido firmado por Renan com a locadora de carros Costa Dourada, revelado pelo senador em meados do mês de agosto para justificar a fonte de despesas pessoais básicas, para as quais, segundo as informações fiscais apresentadas, não haveria recursos disponíveis.

Advogado diz que seu cliente é vítima de massacre

Eduardo Ferrão, advogado de Renan Calheiros, afirmou ao Conselho de Ética que seu cliente é vítima de um processo em que sua imagem parlamentar está sendo “permanentemente desconstruída”.

– Nunca, na história da República, alguém foi objeto de um massacre dessa envergadura.

Para Ferrão, o último ato do referido “massacre” teria sido a denúncia de Marcos Santi, ex-secretário-geral adjunto da Mesa do Senado, às vésperas da sessão do Conselho de Ética destinada a apreciar o relatório final do processo. Para ele, o episódio criou o “pano de fundo para que se desqualificasse o discurso solitário da defesa do senador”. Na última terça-feira, Santi pediu afastamento de seu cargo, alegando pressões, conforme a imprensa.

Em relação às evidências citadas pela acusação como fundamentos para a cassação do mandato de Renan Calheiros, Ferrão argumentou que a perícia da Polícia Federal atestou que todos os documentos apresentados pela defesa eram autênticos. Quanto às inconsistências referentes às notas fiscais e guias de transporte animal



Ferrão: perícia mostrou que documentos de Renan são autênticos

(GTA), ele justificou que é natural que tenham sido verificadas, uma vez que as notas são feitas pelo produtor, ao passo que as GTAs são emitidas pelo governo do estado, e sempre por aproximação.

Sobre o empréstimo que teria sido firmado junto à locadora de veículos Costa Dourada, Ferrão disse que ele não foi mencionado na declaração de Imposto de Renda do senador pela necessidade de discrição, já que “essa situação integrava o espectro das relações com a jornalista”. No entanto, ele frisou que, embora também não tenha sido registrada em cartório, a operação foi documentada no livro-diário da contabilidade da Costa Dourada.

Relatores apresentam suas conclusões ao Conselho de Ética, enquanto Epitácio Cafeteira acusa advogado de Mônica Veloso de tentativa de extorsão

Casagrande e Marisa querem perda de mandato



Marisa Serrano lê relatório, ao lado de Renato Casagrande

Em 70 páginas, o relatório elaborado pelos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS) para apoiar o pedido de cassação do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), foi apresentado ao Conselho de Ética como uma peça que alia descrição de fatos a considerações de valor. O objetivo dos dois relatores, segundo afirmam no texto, foi demonstrar que a conduta de Renan (antes e durante o processo de investigação das denúncias contidas na representação do PSOL contra ele) prejudicou a imagem e o funcionamento do Senado.

Casagrande e Marisa Serrano enumeram ao final do relatório os atos de Renan que, no entender deles, colocaram o Senado “vexado perante a opinião pública e desacreditado pela população”: a) a relação com Cláudio Gontijo, funcionário da Mendes Júnior; b) os pagamentos à jornalista Mônica Veloso e a evolução patrimonial do presidente do Senado; c) as irregularidades fiscais de Renan; d) a provável omissão de outras contas bancárias do senador; e) o desvio da verba indenizatória a que Renan tem direito como senador; e f) o suposto empréstimo de Renan junto à empresa Costa Dourada, de Maceió.

Acusações

De acordo com os dois relatores, Renan expôs o Senado perante a opinião pública quando se valeu do funcionário de uma empreiteira com acesso a verbas públicas para pagar pensão a uma filha com Mônica Veloso. Além disso, acrescentam, Renan “faltou com a verdade” perante o Conselho de Ética e o Senado como um todo, ao apresentar documentos que não comprovam suas afirmações de inocência; ao deixar de apresentar documentos necessários à comprovação das denúncias contra ele; e ao apresentar informações e documentos de maneira “oportunistamente”, com a “crível” intenção de manipular os resultados das investigações.

Embora apoiados no que consideram provas de conduta irregular e ilegal e falseamento da verdade, Casagrande e Marisa observaram que o julgamento do conselho não pode se dar como na esfera criminal, onde o que mais interessa são

provas materiais.

O relatório registra que há um consenso jurídico, com base inclusive em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), de que o julgamento no âmbito do Congresso Nacional é de natureza política, referenciado na percepção do dano causado ao Parlamento por um de seus membros, ainda que não tenha cometido um crime.

De todo modo, os dois relatores consideraram graves as conclusões da perícia feita pela Polícia Federal em documentos apresentados pelo

próprio Renan relativos à sua renda e à sua atividade agropecuária. As explicações dadas por Renan em depoimento na última quinta-feira complicaram mais a sua situação, no entendimento dos dois relatores, especialmente no que se refere ao empréstimo da Costa Dourada.

“O conjunto das irregularidades encontradas na conduta do representado Senador Renan Calheiros aponta cabalmente no sentido da quebra de decoro. Como se comprovou, a partir do resultado da instrução processual, o representado incorreu em quebra de decoro, não somente por cometimento de atos que, isoladamente já caracterizam o indecoro, mas também pela consideração conjunta de todo seu comportamento”, diz o relatório

Pagamentos

Para Casagrande e Marisa, Renan “mentiu sobre sua capacidade de ter pago, com os recursos que dizia possuir, suas obrigações pessoais, incluída aí a pensão alimentícia e outros valores”. Em 2005, por exemplo, a perícia indica que teriam faltado R\$ 24,5 mil reais para que o presidente do Senado pudesse arcar com todas as suas despesas.

A princípio, o presidente do Senado disse que sua renda provinha, além do salário de senador, da venda de gado. Na fase da entrega de documentos acrescentou a verba indenizatória de senador. E, por último, o empréstimo da Costa Dourada, que serviria, conforme os relatores, para cobrir as lacunas que a perícia encontrou com base nas afirmações anteriores.

Um sinal claro do constrangimento a que Renan expôs o Senado, segundo Casagrande e Marisa, foi o caso do servidor Marcos Santi, “que entregou o cargo que exercia na Secretaria Geral da Mesa, porque se sentiu pressionado psicologicamente pelos atos praticados a favor do senador Renan Calheiros”, com os quais não concordava.

No que se refere às relações entre Renan Calheiros e a Construtora Gautama, o relatório reconhece que “através dos instrumentos de investigação utilizados, não é possível conhecer da representação no tocante à participação do representado no esquema delituoso patrocinado pela Construtora Gautama.”

Almeida Lima defende arquivamento de processo

O voto em separado apresentado pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE) na reunião de ontem do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar propõe o arquivamento do processo por quebra de decoro aberto contra Renan Calheiros.

O documento foi acolhido como voto em separado, uma vez que o relatório dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS), que recomenda a cassação de Renan e é assinado pelos dois parlamentares, foi considerado o relatório da comissão de inquérito que investiga o caso.

“Ante todo o exposto, concluo não ter havido a mínima comprovação de conduta incompatível com o decoro parlamentar por parte do representado, senador Renan Calheiros, razão pela qual opino pelo arquivamento”, sustenta o senador pelo PMDB de Sergipe no documento.

Segundo Almeida Lima, não há nada no processo que indique a quebra de decoro parlamentar por Renan Calheiros, pois nenhuma prova cabal foi produzida contra ele. O laudo pericial elaborado pelo Instituto Nacional de Criminalística, ressalta Almeida Lima, concluiu que o presidente do Senado tinha efetivamente condições econômicas de pagar a pensão à jornalista Mônica Veloso, independentemente de seus rendimentos como senador. A perícia



Para Almeida Lima, “não há nada no processo que indique quebra de decoro”

analisou documentos contábeis encaminhados por Renan ao Conselho de Ética.

No documento, Almeida Lima argumenta que punir Renan com a perda de mandato não se justifica, tendo em vista que o senador, “vivendo um drama familiar, recorreu a um amigo, pejorativamente chamado de lobista, mas cuja ação profissional nunca foi levantada ou posta sob suspeição, nem mesmo quando o funcionário da Mendes Júnior prestou depoimento ao Conselho de Ética”.

No final do relatório, Almeida Lima conclui que algumas dúvidas periféricas que resultaram da apresentação do laudo pericial pelos técnicos da Polícia Federal foram devidamente esclarecidas com as declarações prestadas por Renan à comissão de inquérito, bem como pelas explicações oferecidas por um assistente de perito, o qual demonstrou que não há inconsistência na evolução patrimonial do senador.

“Não há inconsistência, uma vez que a diferença, a menor, de R\$ 24.000,00, em sua receita, foi superada pelo empréstimo que ele tomou à empresa Costa Dourada de Maceió, fato comprovado com o diário da empresa, livro contábil que se encontra devidamente registrado na Junta Comercial de Alagoas e que foi objeto de manuseio e análise pelos técnicos peritos da Polícia Federal”, argumenta Almeida Lima.

Advogado de Mônica Veloso tentou extorquir Renan, diz Cafeteira

Segundo o senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), o advogado da jornalista Mônica Veloso, Pedro Calmon Mendes, teria tentado extorquir Renan Calheiros. Cafeteira fez a afirmação na reunião do Conselho de Ética destinada a analisar o relatório da representação do PSOL contra o presidente do Senado.

De acordo com Cafeteira, no dia 12 de maio – cerca de uma semana antes da divulgação, pela revista *Veja*, da denúncia de que Renan teria utilizado Cláudio Gontijo, funcionário da construtora Mendes Júnior, como intermediário no pagamento da pensão alimentícia à filha que tem com a jornalista –, Calmon teria participado de um almoço na casa do senador pelo Maranhão. Nessa ocasião,

o advogado de Mônica teria solicitado a Cafeteira que convencesse Renan a pagar R\$ 20 milhões à sua cliente. Cafeteira disse que havia outro senador como testemunha, cujo nome não revelou.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que o outro senador que teria participado do almoço deveria manifestar-se, no que o senador Almeida Lima classificou o fato narrado de “extremamente grave”.

Cafeteira foi o primeiro relator do processo, mas renunciou ao cargo por problemas de saúde. Ele disse estar convicto da inocência do presidente do Senado.

– Não há nenhum documento que incrimine o senador Renan. Ele apenas criou problemas fiscais ao tentar explicar o que não lhe perguntavam – ressaltou.

Enquanto o presidente do Conselho de Ética defendia o voto secreto, senadores do PSDB e do DEM apoiavam a votação aberta, posição aprovada pelo plenário do colegiado

Debate acirrado marca decisão sobre forma de votar processo

Munidos de pareceres jurídicos que apontavam para direções opostas, os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar travaram um intenso debate regimental na tarde de ontem em torno do procedimento mais adequado para votação do relatório dos senadores Marisa Serrano e Renato Casagrande, em que pedem a cassação do mandato do senador Renan Calheiros.

A proposta da votação aberta foi apresentada em requerimento assinado por Marconi Perillo (PSDB-GO) e subscrito por vários outros senadores. Marconi argumentava que o Código de Ética e Decoro Parlamentar não determina que a votação em casos de recomendação de perda de mandato deva ser fechada no âmbito do colegiado.

O presidente do colegiado, Leomar Quintanilha, a princípio, indeferiu o requerimento, citando o artigo 55 da Constituição federal, cujo inciso 2º determina que a perda de mandato será decidida, tanto pela Câmara quanto pelo Senado, por voto secreto e maioria absoluta.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), porém, apresentou recurso contra a decisão de Quintanilha. O senador amazonense argumentou que tal preceito se aplica somente à votação em Plenário. Além disso, lembrou que, nas votações por perda de mandato no Conselho de Ética da Câmara, o procedimento é aberto, e, de acordo com ele, a Constituição prevê tratamento igualitário para Câmara e Senado.

Demostenes Torres (DEM-GO)

também questionou a decisão de Leomar Quintanilha. Segundo Demostenes, entre os princípios que devem reger a administração pública, de acordo a Constituição federal, destaca-se o da publicidade, o que significa que se deve conferir a todos os atos, exceto àqueles considerados reservados pela própria Carta Magna, a maior transparência possível.

Ao final da discussão, o recurso do PSDB foi aprovado por 10 votos a 5. Senadores do PMDB anunciaram que pretendem estudar a hipótese de apresentar mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal questionando a decisão. Como Wellington Salgado (PMDB-MG) apresentou pedido de vistas do processo, a votação do relatório foi transferida para a próxima quarta-feira.



Ao lado de Magno Malta (E), Euclides Mello é abraçado por Renan Calheiros

Euclides Mello, suplente de Collor, toma posse no Senado

O senador Euclides Mello (PTB-AL), suplente de Fernando Collor, tomou posse ontem, devido a licença do titular para tratar de assuntos particulares. Ex-vereador de Maceió, ex-deputado estadual e ex-deputado federal, Euclides lembrou ter integrado a bancada de apoio ao governo Collor, fato de que disse se orgulhar.

Ao retornar ao Parlamento, Euclides Mello afirmou trazer a lembrança “dos exemplos de ações firmes, apoiadas nos propósitos da honestidade”, de muitos companheiros que estavam ao seu lado, na Câmara, nos anos 90, e que revia com satisfação no Senado.

Ele disse que agora, passados

quase 20 anos, tem a oportunidade de testemunhar as ações do governo Collor, “cujo pensamento e determinação eram voltados exclusivamente para o bem-estar do seu povo e o engrandecimento da nação”. Na sua opinião, essas ações resultaram na concretização de um governo desenvolvimentista e de grandes transformações sociais.

O novo senador listou o que classificou como “projetos visionários”, entre os quais a abertura do mercado para a indústria de computadores; a implantação da telefonia móvel; a preocupação com os pobres e humildes; e a realização da ECO-92, no Rio de Janeiro.

Flexa Ribeiro pede sessão especial em homenagem ao Círio de Nazaré

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu requerimento de sua autoria, aprovado ontem em Plenário, para realização de sessão especial em homenagem à festa do Círio de Nazaré, celebração que ocorre no segundo domingo de outubro em Belém. A homenagem será promovida no dia 11 de setembro e vai coincidir com uma exposição no Salão Negro do Congresso, organizada pela bancada de parlamentares do Pará, sobre o Círio de Nazaré.

O senador explicou que a festa é uma demonstração de fé e devoção do povo paraense à Virgem

de Nazaré que ocorre há 214 anos ininterruptos. Ele destacou ainda que essa manifestação já foi considerada patrimônio imaterial da cultura brasileira pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A exposição no Salão Negro, conforme antecipou o parlamentar, irá reunir imagens da Virgem de Nazaré e mantos e ex-votos de cera levados pelos fiéis. Flexa Ribeiro adiantou ainda que a homenagem ao Círio de Nazaré contará com a degustação de comidas típicas paraenses.

Célio Azevedo



Discussão sobre normas regimentais mobilizou os senadores que integram o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Almeida Lima não descarta recurso ao Supremo

Em entrevista à imprensa, após a reunião de ontem do Conselho de Ética, o senador Almeida Lima declarou que seu partido deverá avaliar a possibilidade de ingressar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão tomada pelos membros do colegiado de votar em aberto o relatório que pede a cassação de Renan Calheiros.

– Vamos avaliar com muita cautela e muita prudência [a possibilidade de entrar com ação no STF]. Tempo suficiente existe para isso. Não há decisão nesse sentido, mas há uma reflexão – observou.

Questionado pelos jornalistas sobre a qualidade dos debates travados na reunião do conselho, Almeida Lima minimizou os desentendimentos entre ele e Tasso

Jereissati (PSDB-CE). Conforme afirmou, não houve ofensa indecorosa por parte de Jereissati, mas sim “ação e reação em virtude das virtudes e defeitos dos seres humanos”.

– As pessoas se alteraram, sim. Tenho certeza de que vocês [jornalistas] têm noticiado fatos como estes ao redor de todo mundo – observou.

Leopoldo Silva



Paulo Duque ressalta a capacidade do carioca de ser feliz, apesar da violência

Paulo Duque destaca alegria, cordialidade e resistência do povo do Rio

Depois de ouvir pronunciamentos de senadores sobre a situação dos estados do Pará e do Piauí, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) analisou o contexto do seu estado, o Rio de Janeiro, dizendo que, apesar de a capital ter quase 800 favelas e da violência que caracteriza a cidade,

o povo é alegre, acolhedor e cordial.

– Não vejo outro lugar no mundo capaz de fazer o carnaval. É um povo diferente, é um estado diferente, é tudo diferente. Tem que ser feliz para resistir àquilo [violência] – afirmou.

Embora o Rio de Janeiro seja

territorialmente pequeno (43 mil km²), disse o senador, com apenas 70 municípios, o estado tem o segundo maior produto interno bruto do país.

Paulo Duque ressaltou a unidade territorial do Brasil, que se reflete numa unidade religiosa e lingüística, embora cada região

tenha seu próprio biotipo.

Em aparte, Marcelo Crivella (PRB-RJ) registrou que Paulo Duque cumpriu oito mandatos como deputado estadual na defesa da democracia. Ele lembrou que Duque foi o relator na CPI que investigou o atentado a Carlos Lacerda.

Parlamentar informa que, em debate na Subcomissão dos Biocombustíveis, senadores e técnicos se manifestaram contra a recriação do IAA e a volta ao controle excessivo do Estado

Tenório defende nova política pública para açúcar e álcool

Ao contrário do que o **Jornal do Senado** noticiou ontem, João Tenório (PSDB-AL), Jonas Pinheiro (DEM-MT) e César Borges (DEM-BA) não apóiam a proposta de recriação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Durante audiência pública da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), os senadores mostraram que o setor cresceu muito em virtude da ação da iniciativa privada, mas apontaram a necessidade de novas políticas para que se alcance uma maior desconcentração da produção sucroalcooleira.

Em discurso feito ontem no Plenário, João Tenório explicou que o governo tenta retomar o controle excessivo da produção de etanol e que, caso isso ocorra, o Brasil retornará aos tempos do Instituto do Açúcar e do Alcool. Ele disse que a discordância com essa pretensão governamental foi unânime na subcomissão.

– Ao mesmo tempo em que reconhecíamos a necessidade da presença do Estado na regulamentação do setor, todos os senadores e os técnicos convidados para a



João Tenório: legislação deve delimitar campo de atuação do Estado no setor

audiência concordamos que a presença do Estado não pode voltar a ser excessiva como no passado. Naquela época, exportávamos 0,1 tonelada de açúcar e a produção de álcool era incipiente. Hoje, exportamos 16 milhões de toneladas de açúcar e produzimos 20 bilhões de litros de álcool – observou.

O senador defendeu, porém, a criação de uma nova legislação e de novas políticas para o setor alcooleiro que delimitem o campo de atuação estatal. Conforme exemplificou, o Estado pode ter o papel de atestar a qualificação do produto e exigir uma certificação ambiental e trabalhista que sirva

de garantia do álcool brasileiro no mercado nacional e internacional.

– A certificação trabalhista, por exemplo, deve afastar suspeitas de relações trabalhistas irregulares no setor – declarou.

Tenório, que é presidente da subcomissão, afirmou ainda que, no sentido de defender o equilíbrio nacional, o Estado pode ter um papel na distribuição geográfica das zonas produtoras de cana e mesmo definir áreas onde a produção de alimentos terá prioridade.

Ele apontou que, com o IAA, o setor teve uma experiência de presença estatal excessiva.

– A quantidade de açúcar ou álcool a ser produzida tinha que ter autorização do IAA. Todas as exportações do Brasil naquela época tinham que ser não apenas autorizadas, mas realizadas pelo IAA – explicou.

Hoje, disse João Tenório, o Brasil precisa de políticas para que a produção se estenda por todo o país, ampliando a participação nos benefícios da produção do biocombustível. Porém, enfatizou, sem o controle excessivo por parte do Estado.

Comerciantes brasileiros são homenageados em Plenário

Celebrado em 16 de julho, o Dia do Comerciante foi saudado em Plenário, na hora do expediente da sessão de ontem. Autor do requerimento para a realização da homenagem, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) destacou os avanços legislativos em benefício do setor, aprovados pelo Congresso nos últimos meses, como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e o Supersimples nacional. Os comerciantes do país também foram saudados pelo senador Mão Santa (PMDB-PI) e pelo presidente da Casa, Renan Calheiros.

Adelmir Santana comemorou pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) segundo a qual a taxa de sobrevivência dessas empresas passou de 50%, em 2002, para 78%, em 2005. Ele ressaltou a necessidade de uma ampla campanha para incentivar

a regularização de pequenos negócios. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), citados pelo parlamentar, apontam que 14 milhões de pessoas, que representam 50,4% dos postos de trabalho, não têm carteira assinada.

Adelmir, que é presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, destacou ainda as atividades do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Social de Aprendizagem Comercial (Senac), entidades que dirige no DF. O senador anunciou a inauguração, até o fim do ano, de um complexo operacional do Sesc na cidade de Ceilândia.

Já Mão Santa afirmou que o comércio é uma das invenções mais felizes da Humanidade, que “aproxima os homens e melhora o mundo”.

– A feliz idéia do comércio só veio melhorar o mundo. E



Comemoração pelo Dia do Comerciante foi proposta por Adelmir Santana

onde ele é forte tem civilização – ressaltou.

Em discurso durante a homenagem, Renan lembrou os problemas enfrentados pelo setor e destacou os esforços feitos pelos parlamentares na aprovação de leis para “incentivar o comércio e, conseqüentemente, o crescimento do Brasil”.

O presidente do Senado disse que existem cerca de 5 milhões de empresas comerciais no Brasil e que o comércio é responsável por 40% de toda a produção de riqueza no país, gerando 25 milhões de empregos.



Delcídio Amaral fala em seminário que discutiu os desafios do setor energético

Delcídio sugere investimento em gás natural para evitar apagão

O vice-presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Delcídio Amaral (PT-MS), defendeu ontem investimentos em gás natural como alternativa para evitar um possível racionamento de energia elétrica em 2009. A proposta foi feita durante o 8º Seminário Nacional de Petróleo e Gás Natural no Brasil: Responsabilidade Social Ambiental, Competitividade, Produtos e Tecnologias, realizado no auditório do Programa Interlegis e transmitido por meio da internet.

Delcídio, que foi ministro de Minas e Energia no governo Itamar Franco, advertiu que, embora os reservatórios das hidrelétricas brasileiras estejam em níveis considerados razoáveis, a situação energética é sustentável por, no máximo, três anos. Ele salientou que esse prazo é insuficiente para implementar novos projetos energéticos e, em sua opinião, o gás natural terá papel importante na tentativa de impedir possível racionamento de energia elétrica no país. O senador informou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Petrobras estabeleceram acordo para viabilizar um programa que permitirá colocar as termelétricas de gás natural em pleno funcionamento.

Questões ambientais e a forma de contratação e execução das obras, explicou o senador, dificultam investimentos que visem à ampliação do abastecimento de gás natural. Em sua opinião, para que esses impedimentos sejam superados, medidas devem ser tomadas, como, por exemplo, a discussão da alteração da Lei de Licitações (Lei 8.666/93).

Dependência

A dependência do Brasil em relação a outros países pode se constituir em outra dificuldade em relação à expansão dos investimentos na área, afirmou Delcídio. Para o senador, os problemas

relacionados à Bolívia devem-se à política do presidente Evo Morales, que considera o gás natural a última riqueza daquele país.

O parlamentar mencionou ainda a aprovação do marco regulatório como fundamental para a expansão de investimentos na área de gás natural. Ele lembrou que projeto do então senador Rodolpho Tourinho com essa finalidade foi aprovado no Senado e na Câmara dos Deputados na forma de substitutivo apresentado pelo deputado João Maia (PR-RN), o que exige que a proposta volte a ser examinada pelo Senado. Delcídio lembrou que Senado discutiu amplamente o tema, de forma democrática e com todos os atores envolvidos no assunto.

Meio ambiente

Também presente ao seminário, o deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), membro titular da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, afirmou que, embora seja reconhecido o potencial do Brasil para uma matriz energética limpa, há uma tendência na continuidade da utilização de fontes mais caras, menos limpas e que causam problemas ambientais e dificuldades econômicas, em função das altas tarifas.

Já o secretário-executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Álvaro Teixeira, destacou a importância de as agências regulatórias serem autônomas para que possam realizar sua função. Na área de energia, observou, a Aneel desempenha importante papel.

O seminário faz parte do Programa Ação Responsável, cuja missão é sensibilizar, mobilizar e articular a sociedade para o fortalecimento do crescimento consciente e responsável do Brasil e, segundo a diretora da agência Íntegra Brasil, o assunto é prioritário na agenda de trabalho do governo.

Fotos: Leopoldo Silva



Mário Couto: Senado tem obrigação de levar a questão ao Ministério Público

Mário Couto critica excesso de cargos de confiança no governo federal e no Pará

O aumento no número de cargos de confiança no governo do presidente Lula foi criticado por Mário Couto (PSDB-PA). O senador citou matéria divulgada na segunda-feira pelo jornal *Folha de S. Paulo* segundo a qual o governo Luiz Inácio Lula da Silva contratou 22.345 pessoas em cargos comissionados.

– Isso é muito grave. São pessoas que entram sem concurso público e recebem até dez mil reais. O contratado entra pela janela e mais tarde é obrigado a pagar um dízimo. O cofre do PT já tem 228 milhões de reais oriundos dessa fonte de arrecadação, essa excrecência – disse.

Segundo Mário Couto, a prática

de contratação de pessoas em cargos de confiança também estaria ocorrendo no Pará, governado por Ana Júlia Carepa (PT).

– Quatro servidores comissionados entram por dia no governo do Pará. Não pode mais acontecer isso neste país. Esta Casa tem a obrigação de comunicar essa questão ao Ministério Público,

imediatamente – advertiu.

Em seu discurso, o senador comemorou ainda a aprovação, na quarta-feira, do aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios.

– Os prefeitos estão agradecidos, principalmente a este Senado, que fez pressão em cima de pressão, até o último instante.

Mão Santa prega austeridade nos gastos públicos

“Correção nos gastos, seriedade e honestidade é o que está faltando no Brasil”, disse Mão Santa (PMDB-PI), ao pedir que o presidente Lula aplique esses princípios em sua gestão.

– A pátria é a família amplificada. Então, quando se administra uma casa, tem-se de ter economia, tem-se de ter austeridade.

O senador criticou a quantidade de impostos cobrados no país, “duas vezes maior que os encargos na Rússia, Índia e China, países emergentes como o Brasil”. Condenou ainda o número de cargos de confiança criados pelo governo federal, preenchidos por quase “24 mil aloprados que recebem até R\$ 10.448”. Ele citou o exemplo de chefes de Estado recém-empossados, como Nicolas Sarkozy, da França, que só utilizou 350 cargos de livre nomeação.

Mão Santa também pediu que o Congresso rejeite a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), “já que os recursos arrecadados pelo governo com a contribuição não estão sendo utilizados na área da saúde, finalidade para a qual foi criada”. O prazo de vigência da CPMF termina no fim deste ano, mas um projeto em tramitação na Câmara prorroga sua cobrança até 2010.

– O Congresso só vai melhorar no conceito do povo quando defender o povo, e uma das coisas que devemos fazer é enterrar a CPMF – assinalou.



Mão Santa defende o fim da CPMF para o Congresso melhorar no conceito do povo

Flexa Ribeiro espera aprovação de projeto sobre reposição florestal

Proposta em tramitação na Câmara determina que, em casos de reposição florestal, devem ser priorizadas as espécies nativas ou o plantio de palmáceas destinadas a exploração econômica

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) se disse esperançoso na aprovação de projeto de sua autoria em tramitação na Câmara dos Deputados determinando que, na reposição florestal, devem ser priorizadas as espécies nativas ou o plantio de palmáceas destinadas a exploração econômica.

– São 18 milhões de metros quadrados de área antropizada [modificada pelo homem] sem que seja necessário investir um palmo em floresta nativa. Chegou-se a um consenso com o Ministério do Meio Ambiente – comemorou o senador, para quem o projeto (PLS 110/05) é importante para o desenvolvimento econômico do Pará e do país.

O parlamentar fez seu comentário após encontro mantido com o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), João Paulo Capobianco. Flexa Ribe-



Flexa Ribeiro discutiu o assunto com o secretário de Biodiversidade e Florestas

ro saudou também a aprovação, na quarta-feira, da proposta de emenda à Constituição (PEC 75/07) que aumenta em um ponto percentual os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O senador, que afirmou ter integrado a Marcha dos Prefeitos de 2005 pelo aumento, enfatizou o empenho dos parlamentares para aprovar a PEC.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-

PI) afirmou que o governo Lula havia “garfado” o percentual destinado aos municípios pela Constituição de 88 e que, agora, com o aumento do FPM em um ponto percentual, estaria apenas fazendo uma restituição.

Flexa Ribeiro anunciou também que a Receita Federal irá adiar a entrega, pelos prefeitos, do plano diretor urbano, cujo prazo final estava previsto para dezembro de 2007. O novo prazo, disse, vencerá em 31 de julho de 2008.

Transporte escolar

O senador fez ainda um apelo ao líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pela liberação de recursos para o transporte escolar. Segundo Flexa Ribeiro, as prefeituras gastam “dez vezes mais do que os recursos repassados pelo governo federal”. Em resposta, Jucá disse que está aguardando um aceno dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo.



Mozarildo garante que vai a Roraima acompanhar a operação pessoalmente

econômicas em seu estado devido à existência de várias reservas indígenas e ambientais.

Ele também criticou o governo federal pela demora em viabilizar a transferência, para o estado de Roraima, de áreas pertencentes ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Mozarildo protesta contra possível desocupação de reserva indígena

Uma provável operação conjunta da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Polícia Federal visando à retirada de famílias da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, foi denunciada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

De acordo com o senador, a operação, que contará com 500 homens da Polícia Federal e dois helicópteros, irá expulsar de suas casas pessoas que há várias décadas ocupam quatro cidades localizadas na reserva. Advertindo para a necessidade de se evitarem ações truculentas e de se assegurar a integridade e

os direitos humanos dos moradores, Mozarildo antecipou que vai acompanhar pessoalmente o trabalho da Polícia Federal durante a desocupação.

– Já requeri à Mesa a criação de uma comissão temporária externa do Senado para acompanhar essa operação. Se a Mesa não decidir em tempo hábil, vou por conta própria. Estarei presente, como senador da República, como representante do meu estado, para denunciar arbitrariedades que venham a ser cometidas – afirmou.

Mozarildo protestou contra a grande extensão de terras inadequadas para a prática de atividades



Gilvam diz que o presidente vai anunciar a transferência de titularidade de terras

Gilvam Borges anuncia visita de Lula ao Amapá

A visita do presidente Lula para anunciar a transferência de titularidade de terras do ex-território ao estado do Amapá foi anunciada por Gilvam Borges (PMDB-AP). Segundo o senador, a viagem se realizará no início de setembro e, na ocasião, Lula também anunciará a liberação de verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a região.

A transferência da titularidade de terras é fundamental para o desenvolvimento do Amapá, afirmou Gilvam, pois grande parte dos produtores rurais da região não têm acesso a financiamentos em razão da exigência de escrituras pelas instituições financeiras para a concessão de crédito.

– Sem a transferência, fica inviável até mesmo a instalação adequada de unidades governamentais mediante convênios.

O senador registrou ainda a liberação, pelo Ministério dos Transportes, de recursos para o asfaltamento da BR-156, estrada que corta o Amapá de norte a sul.

Gilvam Borges disse ainda acreditar na inocência do presidente do Senado, Renan Calheiros, que responde a processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética. O senador pelo Amapá comunicou que pediu vista do relatório de Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES) porque pretende consultar o Supremo Tribunal Federal com relação à possibilidade ou não de votação secreta no conselho.



Alvaro Dias comenta prejuízos dos agricultores paranaenses

Alvaro lamenta endividamento de produtores rurais

Em comunicação de liderança, Alvaro Dias (PSDB-PR) comentou estudo realizado pela Federação da Agricultura do Paraná (Faep) mostrando a queda da renda e o endividamento dos produtores rurais do estado. Segundo o estudo, entre 2004 e 2006, o prejuízo dos agricultores paranaenses com as três principais culturas – soja, milho e trigo – chegou a R\$ 9,78 bilhões.

O documento da Faep aponta como causas três secas consecutivas na região e “a vertiginosa valorização do real frente ao dólar”. Conforme o senador, quando os produtores plantaram, a moeda americana estava mais valorizada que no período da venda.

Alvaro afirmou que “os anúncios apoteóticos de safras recorde” nas manchetes de jornais nem sempre mostram a realidade.

– A perda da produção de milho na “safrinha” pode chegar a 15%. Entre 2004 e 2006, deixaram de circular R\$ 4 bilhões na economia regional. O Paraná responde por um terço das perdas dos produtores brasileiros.

O senador salientou que a agricultura é responsável por 37% dos empregos no país, com 17,7 milhões de trabalhadores no campo; 36% das exportações, gerando superávits comerciais na balança de pagamentos brasileira desde o ano 2000; e 28% do produto interno bruto brasileiro.

– O governo que não sabe valorizar a agricultura não é digno de um país como o nosso – frisou.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) disse que, se esta é a situação de um estado rico como o Paraná, pior é a dos estados das regiões Norte e Nordeste.

Relator das contas do governo no exercício de 2006, Ubiratan Aguiar revela que 39 mil convênios encerrados, e que envolveram transferências de R\$ 12,4 bilhões, estão pendentes de análise

Ministro do TCU alerta para volume de convênios sem prestação de contas

Cerca de 39 mil convênios já encerrados – e que envolveram transferências de R\$ 12,4 bilhões de recursos da União para estados, municípios e entidades privadas – estão pendentes de análise de contas, alertou o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Ubiratan Aguiar, relator das contas do governo relativas a 2006, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Os dados, que só incluem convênios concluídos até o fim de 2005, mostram que 1.800 acordos nem sequer tiveram suas contas encaminhadas aos ministérios responsáveis pelas ações. No relatório, entregue aos parlamentares, Ubiratan Aguiar diz que o atraso médio para a apresentação das contas é de 3,9 anos – período que sobe para 5,4 anos de demora para a efetiva análise.

Segundo o relator, os gestores dos respectivos órgãos alegam que não dispõem de pessoal, em quantidade nem em qualidade (o exame de contas de convênios não pode ser feito por servidores temporários e terceirizados), para proceder à apreciação das contas.



Marcelo Eira, Ubiratan Aguiar, José Maranhão e Francisco Dornelles (D) em audiência na CMO

– Quando a análise vier a ocorrer, já não teremos como recuperar o dinheiro, se confirmada alguma irregularidade – lamentou.

No exercício de 2006, como salientou, o governo federal gastou R\$ 7,6 bilhões com terceirizados e temporários, 1% a mais que o despendido no ano anterior.

Em relação às pastas ministeriais que fizeram os repasses e não tiveram retorno final, a liderança é do Ministério da Educação: são 14 mil convênios, envolvendo R\$ 2,46 bilhões. Os municípios são os mais faltosos com a prestação de contas.

Exame

Depois de examinadas pelo TCU, as contas do governo são enviadas anualmente ao Congresso, para análise final.

“Grupo de estatais infringe limites orçamentários”

O ministro do TCU Ubiratan Aguiar chamou a atenção para a reincidência de um grupo de empresas estatais – entre as quais a Petrobras e a Infraero – na execução de despesas de investimentos acima do limite das dotações autorizadas nos orçamentos anuais da União.

Com base no princípio de que a obediência aos limites orçamentários é uma prescrição constitucional, o ministro tomou a iniciativa de incluir

ressalva no relatório sobre contas de 2006 encaminhado ao Congresso, para que os ministérios enquadrem as estatais sob sua supervisão.

A Petrobras, segundo ele, chegou a promover licitação de valor superior a R\$ 1 bilhão com base em regras de carta-convite, que envolvem procedimentos mais simples para aquisição de bens e serviços de até R\$ 140 mil.

O ministro observou que a estatal se apóia em mecanismo autorizativo

O relator designado, Francisco Dornelles (PP-RJ), terá até 40 dias para emitir relatório. Após exame na CMO, o documento será votado no Congresso.

Ubiratan chamou a atenção para a falta de execução de políticas financiadas com fundos federais. Como caso mais grave, ele citou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Criado em 2000, esse fundo acumula reservas acima de R\$ 4,3 bilhões, ainda sem qualquer gasto. “Os recursos ficam formando um colchão de liquidez para o superávit primário. Não houve desvio de finalidade, mas o fundo deve se voltar efetivamente para os objetivos previstos na lei que o criou”.

O ministro criticou a sistemática adotada pelo Ministério do Planejamento de somente reduzir o contingenciamento de recursos do Orçamento nos últimos dias do exercício. Ele observou que o procedimento vem elevando a cada ano o volume de dotações inscritas em restos a pagar, que compõem “orçamento paralelo” para execução no exercício posterior.

incluído na Lei do Petróleo, mas considerou que o dispositivo não pode prevalecer frente à Lei de Licitações (Lei 8.666/93). Ele ressaltou que o pleito das estatais por regras de contratação mais flexíveis pode até ser legítimo, mas, enquanto não for editada a lei complementar prevista na Constituição, destinada a regulamentar seu funcionamento, essas empresas devem acompanhar a Lei 8.666, também parâmetro para as análises do TCU.

Paulo Bernardo deve entregar hoje o Orçamento 2008

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, deve entregar às 10h de hoje, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, os projetos do Orçamento Geral da União 2008 e do Plano Plurianual (PPA) 2008/11.

Em seguida, o ministro concederá entrevista à imprensa, no auditório do Ministério do

Planejamento, para detalhar a proposta orçamentária.

Pela legislação, o Executivo tem de encaminhar o projeto orçamentário ao Congresso até o dia 31 de agosto, e os congressistas devem votá-lo até o final de dezembro.

A cada quatro anos, o governo também prepara o Plano

Plurianual, onde lista todos os projetos de investimentos dos anos seguintes.

A Comissão Mista de Orçamento aprovou o nome do deputado José Pimentel (PT-CE) para relatar a proposta orçamentária. O projeto do PPA ficará a cargo do deputado Vignatti (PT-SC).



PIB goiano cresce duas vezes mais que o nacional, afirma Marconi

Marconi diz que Goiás vive explosão de crescimento

Marconi Perillo (PSDB-GO) destacou o crescimento econômico experimentado por Goiás nos últimos anos, situação que pode levar o estado a terminar 2007 com um produto interno bruto (PIB) de R\$ 55 bilhões e uma renda *per capita* superior a R\$ 9 mil.

Na opinião do senador, políticas públicas planejadas e ampliação de investimentos no setor industrial são responsáveis por essa “explosão de crescimento”. Segundo informou, a indústria contribuía, há 15 anos, com 9% do PIB goiano. Hoje, “essa participação beira os 40%”. Como exemplo de política pública, citou a experiência do Banco do Povo, “que viabilizou 70 mil empreendimentos”.

– Goiás expande-se em muitas regiões e diversifica-se nos setores de agroindústria, mineroquímica, farmaquímica, indústrias têxtil e automobilística. O crescimento do PIB goiano é duas vezes maior que o do nacional – afirmou.

De acordo com Marconi, foram criados 48.586 empregos formais no estado no primeiro semestre de 2007. O senador disse que a expectativa de Goiás, até 2010, é contar com mais de 40 indústrias do setor sucroalcooleiro.



Ministro apresentará ao Congresso também o projeto do PPA 2008/11